

CARTOGRAFANDO EXPERIÊNCIAS DE VIOLENCIAS RACIAIS E OS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO COM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Eduarda Felix da Silva (dudafelix144@gmail.com)

Aluno de graduação do curso de Psicologia

Eduarda Mattiuzi Selvatici (dudamattiuzi4@gmail.com)

Aluno de graduação do curso de Psicologia

Evelyn de Souza Portela (desouzaevelyn34@gmail.com)

Aluno de graduação do curso de Psicologia

Karen Silva Rosa (rosa2010@hotmail.com)

Aluno de graduação do curso de Psicologia

Stéfani Martins Pereira (stefani.martins@fsjb.edu.br)

Professora Orientadora

RESUMO

graduação, historicamente concebida como um espaço privilegiado de produção de conhecimento e emancipação, revela-se também um campo de forças onde a colonialidade do saber persiste, produzindo e reproduzindo violências raciais sutis e explícitas. Nesse cenário, o racismo não se manifesta unicamente como um problema de convivência, mas se aprofunda na própria estrutura da razão e da inteligibilidade, atuando como um dispositivo de racialidade que inferioriza as capacidades intelectuais de estudantes negras e impõe um epistemicídio (Carneiro, 2023). O presente estudo, alinhado à perspectiva de uma psicologia da invenção (Kastrup, 2007), propõe-se a cartografar os impactos dessa violência na cognição e na afetividade de mulheres universitárias, buscando compreender não apenas os desafios impostos, mas, sobretudo, as trilhas de resistência e criação de si que emergem em suas trajetórias acadêmicas e de vida. Os resultados revelam que, embora a dor e a desvalorização afetem a motivação e a atenção, elas também impulsionam processos inventivos de aprendizagem e reconstrução de si. Assim, a cognição se mostra um campo de resistência, onde o pensar e o sentir se entrelaçam na criação de novos modos de existir.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo estrutural; Cognição; Mulheres negras; Epistemicídio; Resistência.

1 – INTRODUÇÃO

As trajetórias acadêmicas das estudantes negras são marcadas por processos de marginalização e exclusão simbólica, evidenciando a reprodução de hierarquias raciais no espaço universitário. Esses processos se manifestam na desvalorização de identidades culturais e corporais racializadas, refletindo o controle epistemológico do conhecimento dominante, que naturaliza padrões hegemônicos de cognição, aparência, comportamento e legitimidade acadêmica, desconsiderando as singularidades e saberes produzidos por grupos historicamente subjugados.

Diante disso, torna-se essencial investigar a violência racial no contexto acadêmico brasileiro. Essa investigação suscita a questão central deste estudo: Como as experiências de violências raciais vividas por estudantes negras no ensino superior afetam seus processos cognitivos, como memória, atenção, linguagem e aprendizagem, e de que forma essas estudantes desenvolvem estratégias de resistência e invenção frente à colonialidade do saber que domina o ambiente acadêmico?

O presente estudo visa conhecer a experiência de estudantes negras, que cursam o ensino superior, no que diz respeito a suas vivências em relação aos processos cognitivos. Foram realizados encontros a fim de compreender de que maneira as experiências de racismo e discriminação as afetam e como essas trajetórias podem ser reinterpretadas e transformadas através de processos inventivos de cognição, conforme propõe Kastrup (2007).

2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA OU REFERENCIAL TEÓRICO

As relações raciais permeiam diversas esferas da vida social e apresenta profundas implicações para o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos. Este estudo se insere no campo teórico que questiona as formas de produção e distribuição do conhecimento, com base nas ideias do dispositivo da racialidade, de Sueli Carneiro (2023). A autora argumenta que o conhecimento dominante, produzido e legitimado pelas instituições ocidentais, tende a silenciar e marginalizar outras formas de saber, especialmente as que emergem de contextos não ocidentais, como as tradições indígenas e africanas. Tal hegemonia molda a cognição dos grupos subjugados, influenciando como percebem e compreendem o mundo. (Carneiro, 2023).

Paralelamente, Kastrup (2007), propõe a cognição como invenção, apresentando-a como um processo inventivo, no qual o indivíduo não apenas internaliza informações, mas constrói ativamente sua compreensão de si mesmo e do mundo ao seu redor. Segundo a autora, a cognição não é um processo passivo de recepção de conhecimentos estabelecidos, mas uma constante invenção de si e do mundo. Nesse sentido, a cognição é também um espaço de resistência e inventividade, onde indivíduos e grupos podem contestar e redefinir as formas hegemônicas de saber, promovendo novas epistemologias que refletem suas experiências e perspectivas únicas (Kastrup, 2001).

A partir de Vygotsky (1991), entende-se que a cognição é uma função sócio-histórica mediada por ferramentas culturais, como a linguagem, os símbolos e os saberes compartilhados. Possibilitar a comunicação, mediando a relação entre sujeito e objeto do conhecimento, permitindo a transmissão cultural e a generalização da experiência. Wallon (1968), por sua vez, conceitua os afetos como aspectos constitutivos e indissociáveis da construção do sujeito. Em sua perspectiva, os processos cognitivos e afetivos devem ser analisados conjuntamente em sua gênese e evolução, uma vez que são inseparáveis no desenvolvimento humano.

Assim Wallon e Vygotsky estabelecem uma base para entender o ser humano como produto de sua história social, e a interseção entre as ideias de Carneiro (2023) e Kastrup (2007) oferecem um terreno fértil para explorar como as relações raciais, mediadas por estruturas de poder e conhecimento, influenciam os processos cognitivos. O dispositivo da racialidade, conforme descrito por Carneiro, impõe barreiras cognitivas que limitam a capacidade de grupos racializados de se reconhecerem e se expressarem dentro dos parâmetros do conhecimento dominante (Carneiro, 2023). Por outro lado, a perspectiva de Kastrup sobre a cognição como invenção abre espaço para entender como esses grupos podem subverter essas barreiras, utilizando a cognição como uma ferramenta de resistência e reconfiguração de suas identidades e do mundo ao seu redor (Kastrup, 2007).

3 – METODOLOGIA DO TRABALHO OU DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa não só contribui para o campo dos estudos sobre cognição e relações raciais, como também promove uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder que moldam o saber e o ser. Buscando não apenas desvelar os impactos das violências raciais sobre a cognição, mas também destacar as possibilidades de transformação e criação que emergem desse processo.

Desse modo, o projeto adotou uma abordagem qualitativa, com ênfase na pesquisa-intervenção, utilizando o método cartográfico. A escolha da pesquisa-intervenção se deu por sua capacidade de promover transformação, enquanto que o método cartográfico permitiu explorar as interações complexas entre os elementos estudados, mulheres participantes, pesquisadoras e campo.

Na pesquisa-intervenção busca-se o rompimento das dualidades hegemônicas na produção de conhecimento acadêmico e científico, como fazer e conhecer, teoria e prática, pesquisar e intervir, afirmando a premissa de que toda pesquisa é intervenção. Ademais, o percurso do pesquisador evita prescrições, sendo guiado por pistas a serem seguidas (Passos; Barros, 2015). A cartografia por sua vez utiliza diários de campo, narrativas, mapas de afetos e enunciados discursivos, privilegiando o caráter ético-

estético-político da experiência investigada. A interpretação não busca representar uma realidade externa de forma objetiva, mas sim extraír sentidos a partir das conexões, identificando singularidades e resistências nos modos de subjetivação (Barros; Kastrup, 2015). Essa abordagem reforça a centralidade das pessoas como sujeitos ativos do estudo, valorizando suas trajetórias, perspectivas e formas de envolvimento com o ambiente acadêmico.

O público desta pesquisa foi composto por mulheres estudantes do ensino superior que se autodeclararam negras, do estado do Espírito Santo e matriculadas em instituições de ensino superior localizadas no mesmo estado. A captação das participantes ocorreu por meio das redes sociais das pesquisadoras e da instituição de ensino, sendo direcionadas a um formulário eletrônico (Google Forms) para coleta de informações de contato. Por meio da inscrição, as participantes concordaram com os termos do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), que detalhou os objetivos e a metodologia do projeto, assegurou a liberdade de participação e forneceu os contatos das responsáveis para esclarecimentos ou suporte em caso de dúvidas ou desconfortos durante e após a coleta de dados.

Foram realizados encontros, em aplicativo de videoconferência online, que permitiram captar tanto as experiências individuais quanto coletivas das participantes, buscando compreender de que forma as violências raciais impactaram processos cognitivos, como memória, atenção, linguagem e aprendizagem, e como as estudantes desenvolveram estratégias de resistência e invenção no ambiente acadêmico. Não foram utilizados recursos de gravação audiovisual nem transcrição integral; as pesquisadoras se valeram da escuta atenta, conforme o método cartográfico, de registros pessoais em diários de campo e da análise de implicação. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer nº 7.536.995). Os dados coletados foram analisados de maneira interpretativa, com ênfase nas narrativas e experiências relatadas, buscando identificar os padrões de impacto das violências raciais sobre os processos cognitivos.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

A análise que se segue desdobra-se como o traçado de um mapa, não para descrever um território fixo e objetivo, mas para acompanhar os processos de invenção e resistência que emergiram das narrativas e vivências registradas nos diários de campo. Com base no método cartográfico, identificaram-se pistas que revelam como a violência racial impacta a cognição e como a dor se transforma em criação.

Pereira et al. (2025) evidenciam, em seu artigo, a urgência em discutir os impactos das violências raciais no desenvolvimento cognitivo. Nessa perspectiva, o presente estudo se propõe a complementar tal discussão de modo prático, ao inserir os indivíduos como protagonistas do processo investigativo e da produção de conhecimento, reconhecendo suas experiências e narrativas como elementos constitutivos e legítimos na compreensão das relações entre violência racial e cognição. Ainda nessa direção, utiliza-se nomes fictícios inspirados em personagens da literatura de Conceição Evaristo ao tratar dos relatos de mulheres que participaram dessa pesquisa, no intuito de manter os sujeitos de pesquisa em um lugar humano e de protagonista, ofertando um nome próprio ao invés de siglas enquanto mantém-se o cuidado ético de preservar a identificação das participantes.

PISTA 1: O AFETO DA DOR E O IMPACTO NA COGNIÇÃO

Essa primeira pista evidencia a articulação entre o afeto da dor e o impacto direto na cognição das participantes. Sob a lente do dispositivo da racialidade (Carneiro, 2023), compreendemos que essa dor não se restringe a uma vivência individual, mas uma manifestação da violência sistêmica que atua como um epistemicídio, uma linha dura do dispositivo da racialidade que busca deslegitimar a capacidade intelectual de sujeitos racializados (Carneiro, 2023). Em diálogo com Vygotsky, essa desqualificação se revela no nível das funções psicológicas superiores, como a atenção e a memória, fragilizadas por um ambiente social hostil. A sensação de não ser adequada e as dificuldades de concentração, relatadas nos diários de campo, são, portanto, o produto de uma mediação social marcada pelo racismo, que penetra e desorganiza os processos internos de aprendizagem e pensamento.(De La Taille et al., 1992)

Uma das pautas levantada pelas participantes foi o cansaço de precisar constantemente se explicar e educar os outros sobre racismo, um fardo do letramento racial que recai sobre as próprias vítimas. Essa responsabilização simbólica atua como um dispositivo de silenciamento e desgaste por deslocar para o sujeito negro o peso da pedagogia sobre a própria dor. O ato contínuo de se autoexplicar invalida o lugar de fala, transformando o sujeito em objeto de esclarecimento e retirando-lhe o direito de existir sem justificar-se. Esse processo produz um cansaço que ultrapassa o corpo: ele altera a relação do indivíduo com a realidade, interferindo na atenção, na motivação e na capacidade de engajamento cognitivo.

Nesse contexto, observa-se uma inversão simbólica da responsabilidade. Essa inversão é uma das formas sutis do epistemocídio descrito por Carneiro (2023), por transferir ao oprimido a tarefa de educar o opressor, naturalizando a desigualdade de saberes e reforçando a estrutura racial de poder. O ‘branco’, nesse caso, deveria se responsabilizar por reconhecer sua própria ignorância e agir sobre ela, em vez de imputar ao negro a culpa por sua incapacidade de enxergar o pacto da branquitude que o beneficia. Como trazido por *Senhora das Luminescências*, que expressou desconforto com certos termos utilizados socialmente ao se referirem a pessoas negras, como “pessoas não brancas” ou “pessoas de cor”. Embora tais expressões possam ser interpretadas como tentativas de adotar uma linguagem inclusiva ou descolonizada, elas também revelam a permanência da branquitude como referência central. Ao definir o outro pela negação, o não branco, reforça-se a posição do branco como medida universal de humanidade e racionalidade. Como observa Foucault (1999), as práticas discursivas não são neutras: elas classificam, controlam e produzem sujeitos. Nomear o outro como “não branco” reafirma a centralidade da branquitude e nega ao sujeito racializado o direito à autoexistência, restringindo-o a existir apenas em contraste com o padrão branco.

Em outras falas emergiu-se o discurso da “mulher negra que aguenta tudo”, expressão de um ideal de força que funciona como instrumento de silenciamento e desumanização. Nesse imaginário, não há espaço para a vulnerabilidade nem para a escuta sendo preciso guardar, suportar, resistir. Como afirmou *Fémina Jasmine*, “a força tem um custo”, e esse custo é a dor invisibilizada, o cansaço que se acumula nos corpos e mentes das mulheres negras. A partir das falas, também se observou um processo de distanciamento subjetivo das questões raciais. Ao serem questionadas sobre o racismo, algumas participantes o descrevem como algo cotidiano, quase banal, reconhecendo seu caráter negativo, mas tratando-o como comum. Essa normalização da violência revela o quanto o racismo se infiltra nas estruturas de pensamento e se torna parte do horizonte da vida cotidiana, não porque seja natural, mas porque é naturalizado. Em certos momentos, esse distanciamento produz um deslocamento simbólico da causa do sofrimento. Algumas participantes pareciam atribuir a si mesmas a origem da dor, como se “ser negra” fosse o motivo do racismo, e não o contrário. Esse mecanismo discursivo, ao retirar do racismo o estatuto de violência, mantém a lógica da dominação e sustenta o que Carneiro (2023) denomina de dispositivo da racialidade, um sistema que não apenas opõe, mas também ensina o oprimido a compreender sua opressão como algo natural e inevitável.

Nas experiências acadêmicas, emergiram dois cenários distintos. Em um deles, as participantes afirmaram não perceber dificuldades explícitas em seu desempenho, ao longo da vida, que o racismo “não era sobre elas”, mas algo que dizia respeito apenas a quem o praticava. De outro lado, apareceram narrativas atravessadas por prejuízos diretos no processo de aprendizagem, expressos em sentimentos de exclusão, inferiorização e incapacidade. As falas revelaram a internalização de discursos desvalorizantes, como “não sabia que você poderia realizar alguma coisa” ou “esse lugar não é para pretos”, enunciados que reafirmam o lugar do não saber e não pertencimento.

Como problematiza *Fémina Jasmine* e Rosa Maria Rosa, a ausência de uma escuta atenta e de uma observação crítica e sensível às relações raciais no cotidiano acadêmico, por parte do corpo docente contribui para a perpetuação do racismo institucional, uma vez que os próprios professores, ao não reconhecerem essas dinâmicas, reproduzem o silenciamento e o não acolhimento das experiências raciais em sala de aula. Essa omissão impede que o ambiente de aprendizagem se constitua como espaço de troca e de valorização da diversidade.

Contribuindo com o que relata Inguitinha: a presença da solidão acadêmica como uma experiência que atravessa as trajetórias de estudantes negras no ensino superior, manifestando-se na desmotivação e no afastamento das relações interpessoais. Essa solidão não se restringe a uma vivência individual, mas

expressa os efeitos do epistemicídio que opera na universidade ao deslegitimar saberes e presenças negras.(Carneiro, 2023)

Assim, esses relato evidenciam como as violências raciais podem incidir nos processos cognitivos e afetivos, produzindo modos de existir marcados pela resistência e pela necessidade constante de (re)invenção de si no espaço acadêmico. Nas falas sobre autoimagem, emergiram expressões de autodesvalorização profundamente marcadas por estereótipos raciais. Referências como “boca de quem usa drogas”, “testa de amolar facão” ou “soltar a vassoura” foram evocadas pelas participantes como recordações de ofensas sofridas desde a infância.

Muitas participantes também relataram que seus cabelos foram alisados para atender às convenções do “liso perfeito”, internalizando o estereótipo de que o cabelo crespo seria “ruim” ou “difícil”. Essas experiências expressam o controle simbólico do corpo negro e a tentativa de moldá-lo ao ideal branco, gesto que, segundo Carneiro (2023), integra o funcionamento do dispositivo da racialidade, ao impor uma estética e uma racionalidade hegemônicas.

Tais violências simbólicas não apenas ferem a autoestima, mas também se internalizam como mecanismos de regulação cognitiva e emocional. Esses relatos evidenciam como o racismo atinge a dimensão estética e subjetiva, transformando o corpo negro em território de dor e controle. Demonstram que o afeto da dor, produzido pela violência racial, atua como mecanismo de regulação cognitiva e emocional. O racismo, ao ferir a autoestima e deslegitimar o saber, reorganiza como o sujeito negro percebe, sente e pensa, afetando sua relação com o conhecimento, com o outro e consigo mesmo.

Em diálogo com Henri Wallon (1968), comprehende-se que a cognição se constitui nas relações afetivas e sociais. Para o autor, emoção, motricidade e pensamento formam uma unidade indissociável no desenvolvimento humano. Dessa forma, o sofrimento racial não é exclusivamente um estado emocional, mas um fator que estrutura e transforma a atividade cognitiva, afetando a atenção, a motivação e a memória, funções essas que dependem do vínculo afetivo e do sentimento de pertencimento. As narrativas das participantes evidenciam como a dor, produzida pela violência racial, reorganiza o modo como percebem, sentem e pensam, influenciando diretamente sua relação com o conhecimento e com o mundo.

Entretanto, essa mesma dor também se converte em ponto de virada e criação. Como expressa Rosa Maria Rosa, “não trocaria quem sou, minha experiência, meus traços, minha identidade, não trocaria nada disso, tenho orgulho de mim, do meu processo e do que fui aprendendo e construindo, seja de forma individual ou coletiva. Mas essa dor, essa dor eu trocaria.” Esse testemunho sintetiza a contradição vivida pelas participantes: o orgulho de existir e resistir, mas o desejo de não precisar mais resistir para existir. Assim, o afeto da dor, ao mesmo tempo que opera como dispositivo de controle e de subjetivação, torna-se também matéria de resistência e invenção, abrindo espaço para a reconstrução da autoestima, do pensamento e das formas de viver, como articulado por Kastrup (2007).

PISTA 2: A INVENÇÃO DE SI E DO MUNDO COMO RESISTÊNCIA

A segunda pista explora a invenção de si e do mundo como uma potente forma de resistência diante do epistemicídio. Se a dor e o impacto na cognição (Pista 1) revelam as marcas da violência racial, a análise das experiências das participantes aponta para um movimento de criação de novas trilhas de pensamento e existência. Longe de ser um processo de mera adaptação, essa invenção se configura como um ato de aprendizagem inventiva, na qual as estudantes não apenas reagem ao racismo, mas ativamente criam novas possibilidades para si e para seu entorno. Tal perspectiva encontra ressonância na obra de Virgínia Kastrup, que afirma que a “aprendizagem, é sobretudo, invenção de problemas, é experiência de problematização” (Kastrup, 1998, p. 108).

A escuta dos encontros revelou que o epistemicídio, descrito por Carneiro (2023), não atua apenas como apagamento do conhecimento, mas também como ferida subjetiva que atinge a autoconfiança e a relação com o aprender. Uma das participantes, *Rosa Maria Rosa*, expressa esse atravessamento:

“Recordo como quando era próxima dessa amiga, depois de um tempo tudo que eu fazia era colocado como menor... Até meus relacionamentos. Parecia que eu me incomodava apenas por existir. Essa sensação reverberou em minha memória, atenção e disposição de

estar nos espaços acadêmicos muitas vezes eu não queria ir para a faculdade, pois sabia que estaria diante de quem me violentou.”

Ao tomar consciência do vivido, ela reconhece o impacto do racismo em sua autoestima e em seu desempenho cognitivo, especialmente nas situações em que precisa se expor, como apresentações e avaliações. Contudo, esse reconhecimento inaugura o que Kastrup (1998) denomina de “aprendizagem inventiva”; a passagem da dor à criação de novos modos de existir, impulsionando a invenção de si e do mundo. Ao se depararem com essas violências raciais no espaço acadêmico, as participantes problematizam a realidade, buscando ativamente novas formas de se relacionar com o conhecimento, com o coletivo e com sua própria subjetividade.

A Pista 2, portanto, traça uma composição sobre o potencial criativo de seus movimentos de resistência, que forjam novos caminhos para o devir acadêmico e de vida. Esse processo de invenção não ocorre isoladamente. Vygotsky (1991), ao discutir a atividade criadora e a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), mostra que o desenvolvimento humano é essencialmente mediado pela relação com o outro. Nos encontros e trocas entre as participantes, constituiu-se uma ZDP coletiva, onde cada mulher pôde ampliar sua compreensão sobre si mesma e sobre as experiências de racismo, a partir do diálogo e do apoio mútuo.

Em seu discurso Dolores Feliciana trouxe à tona um episódio marcante, um caso de racismo em seu local de trabalho na qual um homem invadiu o espaço de uma colega e tocou em seu cabelo, comparando-o a um “ninho de passarinho”. Na ocasião, ela relatou posicionar-se de forma firme contra o agressor. E assim como os relatos de Dolores Feliciana, que exemplificam a dimensão coletiva das violências raciais; dentro desses novos caminhos para a resistência, existe uma rede de apoio que torna-se espaços de sustentação simbólica e emocional, permitindo que as dores sejam partilhadas e ressignificadas. Assim, o coletivo se apresenta como ferramenta de invenção e resistência. Tornando também o próprio grupo de pesquisa uma rede de escuta para ouvir e discutir sobre esse assunto, criando espaço para falar sobre as dores do racismo sem repressões. A invenção de si emerge das experiências vividas, inclusive daquelas marcadas pela dor e pela violência racial. Nessas experiências, as relações assumem papel central, pois é no encontro com o outro que se produzem movimentos de resistência e de criação de novos modos de existir. Assim, as redes afetivas e coletivas não somente amenizam a dor, mas possibilitam a transformação dela em potência de invenção e reafirmação de identidade (Kastrup, 2007; Carneiro, 2023; Wallon, 1968).

Para Wallon (1968), as dimensões afetiva, cognitiva e motora são inseparáveis e formam um todo dialético no desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, o ser humano é uma totalidade integrada, em que emoção, movimento e pensamento se entrelaçam num processo contínuo de construção de si. A alternância entre o predomínio do afeto e o da cognição impulsiona a invenção do corpo e da subjetividade, sempre em relação com o meio social. Assim, a cognição, longe de ser uma função puramente racional, é atravessada pelos afetos e pelas interações coletivas, o que permite compreender o sujeito como alguém em constante processo de transformação. Nas narrativas das estudantes, essa invenção de si é sentida antes mesmo de ser plenamente articulada, percebida nas mudanças de postura, autoconfiança e expressão diante dos outros; movimentos que evidenciam a ação conjunta do corpo, do afeto e do pensamento. Tal compreensão dialoga com a concepção de Kastrup (2007), que define a cognição como um processo inventivo, no qual o sujeito cria a si mesmo ao engajar-se com o mundo. Tanto em Wallon quanto em Kastrup, o conhecer é indissociável do viver: a cognição não apenas reflete o real, mas o inventa, tornando-se, assim, também um campo de resistência e criação de novas formas de existência.

As mudanças nas reações à dor, configuram uma resposta ao epistemicídio, já que diante do “sequestro da razão”, as estudantes inventam não uma razão individual, mas uma razão coletiva, que se enraíza em suas identidades e nas experiências compartilhadas com outras mulheres negras. Trata-se de uma racionalidade descolonizada, forjada nas vivências e afetos que atravessam a coletividade racializada. Assim, o dispositivo de poder (Carneiro, 2023) perde força em seu intento de inferiorizar essas mulheres, e a invenção torna-se uma contra-ofensiva coletiva à violência racial.

5 – CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou que as violências raciais, para além de um problema social e estrutural, manifestam-se como uma força que atravessa os processos cognitivos e afetivos, interferindo na memória, na atenção, na motivação e na autopercepção de estudantes negras. Os relatos cartografados revelaram como as violências raciais produzem rupturas na confiança intelectual, instaurando o que Carneiro (2023) denomina dispositivo da racialidade, uma engrenagem que silencia e deslegitima saberes. Contudo, ao mesmo tempo em que fragiliza, essa dor se converte em ponto de criação, permitindo que as participantes transformem a experiência de ferida em potência inventiva, reafirmando o papel da cognição como campo de resistência e reconstrução de si (Kastrup, 2007; Wallon, 1968; Vygotsky, 1991).

A pesquisa-intervenção, aliada ao método cartográfico, mostrou-se fundamental para compreender o movimento vivo da experiência. Longe de produzir verdades fixas, o método acompanhou os fluxos de afetos, discursos e invenções, permitindo que a análise se desse entre pesquisadoras e participantes, entre dor e criação, entre o individual e o coletivo. Assim, mais do que observar, o ato de pesquisar tornou-se um exercício integral no qual o conhecimento foi produzido no encontro e pela implicação.

Enquanto autoras e pesquisadoras, também fomos atravessadas por este processo. A cartografia nos convocou a repensar nossas próprias posições enquanto mulheres, estudantes e sujeitas implicadas nas relações de poder que atravessam o espaço acadêmico. Escutar as narrativas das participantes mobilizou em nós afetos, reconhecimentos e deslocamentos, fazendo da pesquisa um campo de transformação compartilhada. Essa afetação deslocou nossos olhares, chamando atenção para pontos antes não vistos e provocando reflexões sobre nossas próprias histórias e lugares de fala.

O processo nos fez refletir sobre o letramento racial e sobre como a ausência dele pode se tornar uma forma de violência, ao invalidar identidades e vivências. Compreendemos que o sofrimento racial, independentemente da tonalidade de pele negra, é legítimo e que comparar dores dentro da própria comunidade racializada apenas aprofunda feridas que deveriam ser cuidadas coletivamente. Nesse sentido, a pesquisa-intervenção mostrou-se uma conversa viva, e não um roteiro rígido: um campo de trocas em que as pesquisadoras precisaram reconhecer seus limites, oferecer escuta e, quando necessário, suporte clínico, sem, contudo, ultrapassar o escopo ético da investigação. A cartografia também nos ensinou sobre a delicadeza dos silêncios. Por vezes, sentimos a tendência de preencher lacunas, interpretar excessivamente ou projetar significados onde havia incerteza. Foi preciso aprender a “pôr” o ímpeto analítico, respeitando o não dito e os limites entre compreender e julgar. Esse exercício de contenção e cuidado foi desafiador, especialmente diante das múltiplas camadas de violência narradas (física, simbólica e racial) que despertaram indignação, empatia e/ou lembranças de nossas próprias vivências.

Algumas de nós sentimos medo de ultrapassar os limites da análise de implicação ao escrever os diários de campo, reconhecendo que nossas emoções e histórias atravessavam o processo de pesquisa. Optamos por incluir essas implicações de forma explícita, como marca ética da escrita, sem impor nossa verdade sobre a das participantes. Compreendendo a necessidade de sustentar um engajamento ético e político sem perder o rigor teórico, reconhecendo que a escrita comprometida não deve se sobrepor à escuta das experiências e à responsabilidade de produzir conhecimento situado.

Essas vivências reforçaram a compreensão de que pesquisar o racismo é inevitavelmente se implicar nele; é olhar para as feridas coletivas e pessoais que nos constituem. Nesse movimento, a pesquisa não apenas revelou os efeitos do racismo nas trajetórias acadêmicas das participantes, mas também fez emergir, em nós, um processo de aprendizagem inventiva, um pensar-sentir em constante transformação. E assim, fomos chamadas a reinventar nosso modo de pesquisar, escutar e existir no universo acadêmico.

Como caminho para futuras reflexões, compreendemos a urgência de ampliar os espaços de valorização de saberes outros no ensino superior, saberes negros, indígenas, populares e comunitários, que desestabilizam o monopólio do conhecimento ‘eurocentrado’ e afirmam a pluralidade de modos de existir. Sugerem-se, ainda, novos estudos que explorem de forma contínua o impacto das violências raciais na cognição e na saúde mental, bem como práticas pedagógicas que acolham a diferença como potência inventiva.

Reconhecer isso é ampliar a compreensão sobre o que significa pensar e aprender em um país ainda marcado por heranças coloniais que produz modos de exclusão que se inscrevem no corpo e na mente de todos nós. Assim, as linhas cartografadas neste trabalho não se encerram aqui. Elas permanecem abertas, vibrando nas vozes que resistem, nas memórias que se reinventam e nas aprendizagens que se constroem em comum. O que se criou foi mais do que um estudo: foi um território de encontros, afetos e transformações, onde o pensar e o sentir se tornaram inseparáveis; e no qual, ao acompanhar o Outro, também nos tornamos outras.

6 – REFERÊNCIAS (SEGUIR A ABNT 6023/2018 e ABNT 10520/2023)

1. BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.
2. CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
3. DE LA TAILLE, Yves; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
4. KASTRUP, Virgínia. “Aprendizagem, arte e invenção.” *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 6, n. 1, p. 17-27, jan./jun. 2001.
5. KASTRUP, Virgínia. A cognição contemporânea e a aprendizagem inventiva. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 49, n. 4, p. 108-122, 1998.
6. KASTRUP, Virgínia. A invenção de si e do mundo: Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte : Autêntica , 2007.
7. PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). *Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
8. PEREIRA, Stéfani Martins; UCELLI, Luana da Silva; LAIGNIER, Rayssa da Silva; NASCIMENTO, Luana Alves do. Impactos das violências raciais no desenvolvimento cognitivo: o epistemicídio e o racismo científico. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde*, Vitória, v. 27, supl. 2, p. 158-166, 2025.
9. VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
10. WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. Tradução de Ana Maria Bessa. Lisboa: Livraria Armand Colin, 1968. Distribuído no Brasil pela Livraria Martins Fontes.